

# A METODOLOGIA FREIRIANA NAS RELAÇÕES ÉTNICO- RACIAIS: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA NA EDUCAÇÃO DE PESSOAS JOVENS, ADULTAS E IDOSAS

---

## **PABLO FABRICIO DA CONCEIÇÃO**

Mestre em Artes pela Universidade Federal da Paraíba, Professor EBTT do Instituto Federal de Alagoas – Campus Piranhas. E-mail: [pablo.fabricio@ifal.edu.br](mailto:pablo.fabricio@ifal.edu.br)

## **FLAVIANO CIRINO DE SOUZA**

Graduado em Pedagogia pela Universidade Estadual da Paraíba, Especialista em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela UNIFIP. E-mail: [flavianocirino2018@gmail.com](mailto:flavianocirino2018@gmail.com)

## RESUMO

Relato de experiência sobre a metodologia freiriana para as relações étnico-raciais na Educação de pessoas Jovens, Adultos e Idosas em Campina Grande-PB. Essa junção da metodologia freiriana nas relações étnico-raciais no contexto escolar, social e político na contemporaneidade, visa desvelar e refletir as vivências e opiniões dos educandos da modalidade EJA sobre o pertencimento racial, racismo, preconceito e discriminação racial e atuação dos educandos em prol de uma educação libertadora, antirracista e politizada. Assim, articulação entre o conhecimento popular dos educandos e o despertar do educador por meio do diálogo em prol de educação conscientizadora, cabe ao educador a missão de fugir do seu partidarismo pessoal, político, social e cultural. contribuições do aporte teórico se darão: Freire (2018), Freire (2001), Freire (2005), Berbel (1999), Feitosa (2008), Brasil (2004), Brasil (1988), Coelho (2009), Rocha (2007) e Lakatos e Marconi (2003). A metodologia da pesquisa utilizada neste estudo, baseia-se na pesquisa bibliográfica, documental e campo de pesquisa. Os procedimentos metodológicos conectar ao método freiriano com atividades interativas através de rodas de conversas, diálogos, debates com perguntas abertas geradoras e palavras/temas geradores (as) do uso do universo vocabular dos educandos. Os resultados e discussão apontam que trabalhar a temática é difícil, mas não impossível. Apesar da resistência cultural enraizado por parte de alguns sujeitos ateados ao processo de socialização. Atuar na visão freiriana nas relações étnico-raciais na EJA, permite mudanças diretas ou indiretas necessárias para emancipação do cidadão em prol de uma educação libertadora, antirracista e humanizada.

**Palavras-chave:** Metodologia freiriana. Relações étnico-raciais. Educação de pessoas Jovens, Adultas e Idosas

## INTRODUÇÃO

A metodologia freiriana se caracteriza numa perspectiva humanista e libertadora, onde o processo de alfabetização não se dá exclusivamente no espaço intelectual, mas acontece nas demais áreas – histórica, política, social e cultural. No qual o educando é desafiado a refletir sobre seu papel na sociedade e estimulado a repensar a sua história de vida, baseando-se nas reflexões e vivências dos educandos, a partir de suas percepções sobre determinados temas geradores, palavras geradoras, conceitos e/ou opiniões de seu universo vocabular. Neste contexto, para dialogar sobre a educação das relações étnico-raciais, especificadamente na modalidade da Educação de pessoas Jovens, Adultos e Idosas – EJA, é necessário um percurso de reflexão acerca do pertencimento e identidade racial do ser negro, conhecer a história e cultura afro-brasileira e africana e valorizar a contribuição histórica, cultural e social dos povos negros em prol de equidade e de uma educação antirracista.

A pesquisa visa relatar, de maneira dialogada, as possibilidades da metodologia freiriana na Educação para as Relações Étnico-Raciais com educandos da modalidade do segmento I na EJA, em Campina Grande-PB. Os objetivos específicos são:

1. Conhecer e discutir o contexto histórico sobre a miscigenação do povo brasileiro (africano, indígena e europeu) e reconhecimento pertencimento racial;
2. Debater o conceito de racismo como um processo de escravidão que moldou condutas através de cenas do filme “12 anos de Escravidão”;
3. Despertar a senso crítico acerca do documento oficial da Constituição Federal de 1988 do código penal sobre crime de racismo;
4. Pesquisar e discutir sobre discriminação, preconceito e racismo;
5. Conversar e avaliar as temáticas, os debates, as rodas de diálogos problematizados abordadas durante a intervenção.

A metodologia da pesquisa caracteriza-se como abordagem qualitativa, para qual recorreremos a pesquisa bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Objetivando aprofundar o conhecimento, adotamos como base para a pesquisa bibliográfica teóricos e autores, tais como: Freire (2018), Freire (2001), Freire (2005), Berbel (1999), Feitosa (2008), Brasil (2004), Brasil

(1988), Coelho (2009), Rocha (2007) e Lakatos e Marconi (2003). As estratégias metodológicas conscientizadoras utilizados foram o método freiriano com: Conhecimento prévio do universo vocabular dos educandos, seleção dos temas geradores e das palavras geradoras inseridas no contexto social, rodas de conversas, debates, diálogos e problematização. Para levantamento dos dados, foi aplicada a observação participante e entrevista não-estruturada com perguntas abertas em sala de aula, tendo o público-alvo faixa etária de 18 a 65 anos. Para melhor apresentar os resultados obtidos com a realização da intervenção dividimos o trabalho em cinco momentos de intervenção em sala de aula.

O trabalho pretende revelar a importância do aprendizado significativo direcionado ao reconhecimento das diferenças do outro e direitos e deveres do educando emancipado que busca uma educação antirracista, humanizada e libertadora, procurando-se responder: Porque educar para as relações étnico-raciais numa perspectiva freiriana?

## FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A implementação da lei federal nº 10.693/2003, que garante a obrigatoriedade do Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana nos currículos de ensino público e particular no Brasil, e as Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais visam uma pedagogia do combate ao racismo e discriminações e fortalecer a consciência crítica, não especificamente entre a população negra, mas de todos os sujeitos emancipados e politizados envolvidos no processo de modificação social em prol de uma sociedade democrática com equidade. (BRASIL, 2004a).

Outro documento que fortalece este debate é o Parecer CNE/CP n. 003/2004, que vem fornecer orientações para promover o diálogo entre os vários níveis do sistema de ensino brasileiro acerca de como trabalhar as relações étnico-raciais em sala de aula. Conforme o Parecer:

Art. 2: § 2º A Educação das Relações Étnico-Raciais tem por objetivo a divulgação reprodução de conhecimentos, bem como de atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornando-os capazes de interagir e de negociar objetivos comuns que garantam, a todos, respeito aos direitos legais e valorização de identidade, na busca da consolidação da democracia brasileira (BRASIL, 2004b, p. 31).

Segundo o documento, trabalhar as questões étnico-raciais em sala de aula se torna imperativo para que os alunos tenham conhecimentos de uma das principais raízes formadoras de nossa sociedade, a africana. Como também, fixar a interação com a pluralidade étnica-racial ateadada a valorização e fortalecimento democrático dos cidadãos.

Na metodologia freiriana o educando é convidado a refletir e atuar como protagonista no meio social, econômico, político, histórico e cultural. E sua atuação deve se manifestar de maneira dialogada, emancipada, problematizadora e democráticas como protagonista na sociedade. Freire (2018, p. 120), enfatiza que o educador deve “respeitar a leitura de mundo do educando”; os educandos ao chegarem no espaço escolar levam consigo uma ampla experiência de vida, conhecimento que não é superior e nem inferior do educador, mas diferente. E com a troca de experiência entre ambos através das relações afetivas, dialogadas, sensíveis, democráticas e liberdade de se expressarem livremente, de maneira ingênua se complementam no processo de aprendizagem.

Seguindo a linha dos ensinamentos freirianos, Berbel (1999) aponta que o processo de conhecimento de mundo e alfabetização não se dá somente na área cognitiva, mas acontece essencialmente no campo social e político que se guia por um procedimento do diálogo afetivo. O conhecimento a ser adquirido pelo educando não deve estar exclusivamente neste campo cognitivo, mas abrir leque de possibilidades de interações para os demais campos – sociais, políticos, subjetivos e culturais. Nesta interação que Freire (2005, p. 45) descreve como “este encontro de homens”. Para o autor é necessária uma ampla interpretação deste conceito, pois não se trata em específico da relação social eu e tu/eu e outro, mas de um diálogo de encontro em que se colabora o refletir e o agir dos sujeitos fixando um mundo transformado e humanizado.

Feitosa (2008, p. 70), nos leva a compreender que “a dialogicidade, para Freire, está ancorada no tripé educador-educando-objeto do conhecimento”. O diálogo é uma forma de interação entre os sujeitos e deve despertar no educando a atitude democrática e libertadora através da apropriação dos conhecimentos prévios com investigação do universo vocabular sobre a tema gerador abordado. Este despertar e transformar do conhecimento ingênuo em crítico do educando por meio de temas geradores, em relação ao sentimento de valorização e pertencimento racial irá possibilitar nos sujeitos o processo de transformação social e ampliação de uma educação antirracista.

Trabalhar a educação das relações étnico-raciais no ambiente escolar na EJA, com as práticas metodológicas freirianas, permite que o educador possa desenvolver em suas abordagens práticas o senso crítico de maneira problematizada e não de relatar fatos atrelados apenas ao livro didático como verdade absoluta.

Freire (2005) considera essencial a luta contra a “educação bancária” em prol de uma “educação libertadora”. Em suas palavras, não se deve exclusivamente ver o educando como banco de dados e informações, ao qual deposita o conhecimento, mas se deve despertar no educando uma educação problematizadora, formando sujeitos que se pronunciam no mundo na luta por libertação por meio do diálogo. Esse provocar do educador, no espaço escolar, expande o conhecimento de libertação de mundo a fim de compreendê-lo e a partir dessa compreensão poder interagir e modificar o seu meio social local, regional e nacional. Tal conhecimento permite o despertar da noção de pertencimento que dizima pensamentos e práticas racistas.

Freire (2018, p. 36) aponta que “ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição a qualquer forma de discriminação”. De maneira explícita, quando se afirma que ensinar exige risco, aceitação do novo e rejeição da discriminação, remete que o educador deve problematizar diante de qualquer questionamento ou atitude de rejeição ou discriminação (de raça, de gênero, cultural, e social entre outros). Pois o silenciar e a omissão resultam numa educação bancária, e dialogar abre caminhos rumo a criticidade e a defesa da diversidade. Ao qual o autor (2018, p. 37) nos relata que “a prática preconceituosa de raça, de gênero ofende a substantividade do ser humano e nega radicalmente a democracia”.

Nesta linha de entendimento aceca de práticas racista, discriminatória e preconceito racial, Brasil (1988) da Constituição Federal dos direitos e garantias em seus artigos 3º e 5º regulamenta que:

**Art. 3º** Constituem objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil: **IV** - promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação **Art. 5º** Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade, nos termos seguintes: **XLII** - a prática do racismo constitui crime inafiançável e imprescritível, sujeito à pena de reclusão, nos termos da lei; (BRASIL, 1988, arts.3º IV e 5º XLII).

A lei regulamenta que a promoção é bem de todos os cidadãos, sem preconceitos e discriminação de raça e cor ou outras formas. Como também, garantem que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, deixando explícito que o racismo é crime que ferem a dignidade humana e direitos humanos. Que punirá qualquer ato de discriminação, racismo ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

## METODOLOGIA

A metodologia aplicada caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, tendo como fio condutor revisão bibliográfica, documental e pesquisa de campo. Para Lakatos e Marconi (2003, p. 182) “a pesquisa bibliográfica não é mera repetição do que já foi dito ou escrito sobre certo assunto, mas propicia o exame de um tema sob novo enfoque ou abordagem, chegando a conclusões inovadoras”. Segundo os autores a pesquisa bibliográfica auxilia o pesquisador em nova busca de conclusões e futuras pesquisas que já foram pesquisadas. Na pesquisa documental, cultivamos olhares aos documentos que orientam a inclusão do tema sobre as questões étnico racial, além de autores e teóricos que discutem a abordagem freiriana na educação.

Num segundo momento, consiste em relato de experiência vivenciado durante um projeto de extensão universitária, com educandos da modalidade do segmento I na EJA, na cidade Campina Grande-PB, enquanto educador alfabetizador do EJA e pesquisador voluntário. Os procedimentos metodológicos utilizados foram o método freiriano: rodas de conversas, debates, diálogos, conhecimento prévio do universo vocabular dos educandos, seleção dos temas geradores e das palavras geradoras inseridas no contexto social dos educandos, perguntas geradores e problematização.

À medida que o educador vai relacionando os saberes trazidos pelo educando aos saberes escolares, provoca um diálogo problematizador que vai envolvendo o alunado. Com isso, aumenta a autoestima dos alunos, que passam a participar mais ativamente do trabalho de sala de aula através do diálogo e se sentem sujeitos do processo de transformação social (FREIRE, 2005).

A metodologia de ensino propõe o desenvolvimento da visão crítica do educador e educando por meio das práticas dialogadas em sala de aula. Dessa forma, o educador deve apresentar temas geradores ou palavras geradoras para que haja uma abertura de diálogo e discussão entre ambos, mediante o universo vocabular dos educandos. Os temas iniciais

abordados na experiência foram: autodeclaração dos educandos em relação sua pertença racial, as concepções e reflexões sobre racismo, discriminação/preconceito racial e direitos civis.

Os instrumentos de coleta de dados usados na pesquisa foram: Observação participante e entrevista não estruturada com perguntas abertas e fechadas. Lakatos e Marconi (2003, p. 190) ressaltam que “a observação é uma técnica de coleta de dados para conseguir informações e utiliza os sentidos na obtenção de determinados aspectos da realidade”. Ou seja, para autores não representa somente em olhar e escutar, mas também em aprofundar fatos ou fenômenos que se almejam estudar. Mann (*apud* Lakatos e Marconi, 2003, p. 193) explica que observação participante é uma “tentativa de colocar o observador e o observado do mesmo lado, tomando-se o observador um membro do grupo de molde a vivenciar o que eles vivenciam e trabalhar dentro do sistema de referência deles”. O observador participante enfrenta grandes dificuldades para manter a objetividade, pelo fato de exercer influência no grupo, ser influenciado por antipatias ou simpatias pessoais, e pelo choque do quadro de referência entre observador e observado.

Em relação a entrevista não-estruturada Lakatos e Marconi (2003, p. 196) destacam que “o entrevistador tem liberdade para desenvolver cada situação em qualquer direção que considere adequada”. A liberdade é uma maneira de poder explorar vastamente uma questão com perguntas abertas dentro de uma comunicação informal. Salientando que há maior flexibilidade, podendo o entrevistador repetir ou esclarecer perguntas, formular de maneira diferente algum significado, como garantia de estar sendo compreendido.

As pessoas envolvidas na pesquisa são sujeitos que trazem a marca da exclusão social, excluídos do sistema de ensino por apresentar interrupções na vida escolar: repetências acumuladas; falta de acesso à escola; ausência e afastamento do espaço escolar quando criança e adolescente em função da entrada precoce no mercado de trabalho, o casamento e gravidez precoce, entre outros fatores que favoreçam a evasão.

A comunidade está localizada no bairro do Mutirão, numa área carente e periférica, situada na zona oeste do município de Campina Grande- PB. Os moradores em sua maioria são constituídos de famílias provenientes de crenças tradicionais evangélicas e católicas. Grande parte das pessoas que ali residem são analfabetos funcionais, em sua maioria são negros, cuja renda familiar baseia-se no programa Bolsa Família, aposentados e no

trabalho informal. Sendo assim, a educação popular pode significar uma mudança real de perspectivas, promovendo o empoderamento e emancipação humana.

O relato está organizado em momentos, cada um correspondendo a um dia de prática docente articulada às relações étnico-raciais, à temática do pertencimento e identidade racial, racismo, preconceito, discriminação e atuação emancipada na sociedade. Durante a intervenção nos momentos de interação e problematização foram apresentadas, pelo animador de debates<sup>1</sup>, as seguintes perguntas: Como vocês se autodeclaram - negros, pardos, brancos e não declarado? Para vocês o que é racismo? Algum de vocês já passou por discriminação racial ou presenciou tal acontecimento? Na opinião de vocês, por que a maioria das pessoas abordadas nas ruas por policiais são negras e pobres? Vocês sabem que o racismo é crime e está no Código Penal da Constituição Federal de 1988? Como vocês avaliam os debates e os diálogos problematizados sobre as temáticas abordadas durante a intervenção?

**1º MOMENTO:** Acolhida simples com educandos. Em seguida, foi organizado um círculo de debates no qual foi apresentado pelo educador por meio de slides “A miscigenação do povo brasileiro e suas origens (africana, indígena e europeia)”, sempre estimulando os conhecimentos vocabulares e prévios dos educandos. Depois foi realizado uma dinâmica

“Como vocês se autodeclaram – negro, pardo, branco e não declarado?”, que tinha como objetivo analisar como os educandos se autodeclaram em relação a sua pertença étnico racial. Por fim, mediante a pergunta geradora, os educandos levantariam uma placa com autodeclaração (negro, pardo, branco e não declarado). A partir dos comentários iniciava-se troca de diálogos. Aqui se apresentam recortes das falas dos educandos.

*Acho que sou cabra... nem branca e nem preta (Maria, 50 anos, evangélica); Eu sou nego do cabelo de pixaim (Sebastião, 55, evangélico); Sou branco, mas o sangue que corre em nossas veias é mistura nego, branco e índio (Sr. Naldo 65, evangélico); Professor... não sei informar qual a minha cor (Erasmão, 42 anos, mecânico); Sou branco ou amarelo (Jonathan, 17 anos).*

**2º MOMENTO:** Acolhimento simples, posteriormente memória da aula anterior. Dando continuidade a sequência didática foi apresentada a palavra

1 Segundo Feitosa (2008, p.68) “o animador de debates tem o papel de coordenar e problematizar as discussões”. Ou seja, o animador articular e orientar os debates e relatos que aparecem.

geradora “Racismo” em um cartaz, em seguida, foi sugerido que os educandos comentassem o que era racismo.

*Racismo é não gosta do outro por ser negro (Sebastião, 55anos); Só sei que Deus ama todos... sem ver cor (Maria, 50 anos, evangélica); É preconceito com negro, eu nunca discriminei ninguém (Sr. Naldo, 65 anos).*

Após, escutar e debater as respostas de cada educando, partimos para exibição de cenas do filme “Em busca da liberdade” fazendo comparações entre processo de escravatura no Brasil que moldou condutas.

**3º MOMENTO:** Como sempre com acolhida simples e memória da aula anterior. Após a memória da aula, foi apresentada e discutida com os educandos o livro da Constituição Federal de 1988 e distribuídas cópias do código penal, inciso XLII do artigo 5º e inciso IV do artigo 3º sobre crime de racismo e discriminação da Constituição Federal de 1988. Em roda de conversa os educandos relatam.

*Dizem que tem uma lei para quem chama outro de negro, mas nunca vir ninguém ser preso por causa disso (Sebastião, 55 anos); A lei só vale para pobre e negro (Sr. Naldo, 65 anos, pastor e comerciante).*

**4º MOMENTO:** Acolhida simples e memória da aula anterior. Iniciamos a aula com interdisciplinaridade, sugerindo uma pesquisa com uso do dicionário, em que os alunos em dupla pesquisaram o significado das palavras geradores (discriminação, preconceito e racismo). Em seguida, fizeram uma comparação com pergunta geradora: “Algum de vocês já passou por discriminação racial ou presenciou tal acontecimento?”

*O negro sofre demais... qualquer coisa errada foi negro [sic] que fez, os políticos roubam nem vão presos (Sebastião, 55 anos); O povo se ver um negro [sic] pedindo esmola, já fica com medo (Erasmus, 42, mecânico); Os policiais quando estão na viatura à noite, quando eles ver um negro [sic], querem logo revistar, se for branco eles nem ligam (Sr. Naldo, 65anos); Aqui no mutirão de vez enquanto a polícia discrimina o povo da rua de baixo por ser negro e usar tatuagem ( Erasmus, 42 anos); Professor.. quando ônibus do mutirão passa a noite no centro da cidade ninguém que subir no ônibus (Jonathan, 17 anos).*

Após escuta, iniciamos diálogos e questionamentos em roda de conversa e levantamento de hipóteses conceitos atribuídos pelos educandos de maneira politizada

**5º MOMENTO:** Acolhimento simples e memória da aula anterior. Iniciamos a aula com uma auto avaliação dos educandos sobre “as temáticas, os debates, as rodas de diálogos problematizados abordadas durante a intervenção”, estimulando os alunos por meio de questionamentos sobre avaliar e a troca de aprendizagem entre educando e educador.

*Não sabia isso tudo sobre negro... no meu tempo a professora ensinava a gente ler e escrever (Sr. Naldo, 65 anos); Hoje estudar é tudo diferente e mais fácil (Sebastião, 55 anos); Hoje o professor tem mais calma, no meu tempo era brabo (Erasmus, 42 anos).*

## RESULTADOS E DISCUSSÕES

Em relação às temáticas, perguntas geradoras e procedimentos metodológicos trabalhados durante a intervenção da pesquisa os resultados e discussões demonstram ampla problematização mediante a observação e as perguntas abertas. As questões em análise são de caráter subjetivas/abertas a serem dialogadas com educandos, onde em roda de diálogos junto com educador irão discutir e problematizar as perguntas e respostas de dados a serem analisados.

Na questão 01: Como vocês se autodeclararam - negros, pardos, brancos e não declarado.

Fala dos educandos:

*Acho que sou cabra... nem branca e nem preta (Maria, 50 anos, evangélica); Eu sou negro do cabelo de pixaim (Sebastião, 55, evangélico); Sou branco, mas o sangue que corre em nossas veias é mistura negro, branco e índio (Sr. Naldo 65, evangélico); Professor... não sei informar qual a minha cor (Erasmus, 42 anos, mecânico); Sou branco ou amarelo (Jonathan, 17 anos).*

Em relação a pertença racial, os educandos se sentiram duvidosos em relação a sua cor de pele. Isto é, a maioria dos educandos sentiram dificuldades em se identificarem negros (as) e denotaram confusão relacionada à questão da sua cor de pele ou pertença étnica. Como também, entendemos que ao terem se afirmado pardo ou não negros, olharam para a tonalidade de pele e não para suas origens raciais, históricas e culturais.

Nesta linha de reflexão Coelho (2009, p. 163) declara que “um dos problemas para quem lida com a questão racial no Brasil é ultrapassar a problemática da cor”. De maneira explícita está naturalizada na mentalidade da sociedade que ser negro é predominância de atributos físicos de cor de pele e cabelos crespos. Ou seja, quanto mais claro for a cor da pele, maior probabilidade de ser considerado branco, distanciando de ser chamado ou considerado negro.

Rocha (2007) nos leva a compreender que não se pode construir uma autoidentificação da pertença racial no espaço escolar, sem entender a contextualização da história e contribuição do negro no Brasil com a história

e cultura africana e afro-brasileira. Ressaltando suas contribuições e influências na formação histórica e cultural brasileira (música, dança, religião, culinária e artesanato entre outros etc.)

Outro ponto de destaque diz respeito as falas e indagações dos educandos sobre os comentários racistas e preconceituosas “*Acho que sou cabra... (Maria, 50 anos, evangélica); Eu sou nego do cabelo de pixaim*” (educandos). Diante de tais acontecimentos e comentários compete ao educador não silenciar diante de atitudes preconceituosas e racistas. Com base em combater atitudes preconceituosas e racistas, Silva (2001, p. 76) alerta que “são [destes] apelidos, piadinhas e comparações aos atributos físicos a coisas e animais com a pessoa negra que surge o preconceito, a discriminação e racismo”. Para a autora essas brincadeiras, piadinhas e comparações carregam no fundo a ideia de inferioridade racial contra os negros.

Pensando no não silenciamento, por parte do educador, diante de tais acontecimentos racistas e preconceituosos, lembramos Freire (2005, p. 78) que aponta que “não é no silêncio que os homens se fazem, mas na palavra, no trabalho, na ação e reflexão”. Em seu discurso o autor revelar a essência da ação, reflexão e diálogo de modo horizontal, no acolher, no olhar sensível, no não silenciar que edificamos no educando novas mentalidades para a construção de uma sociedade justa e democrática.

Na questão 02: Para vocês o que é racismo? Respostas dos educandos:

*Racismo é não gosta do outro por ser nego (Sebastião, 55anos); Só sei que Deus ama todos... sem ver cor (Maria, 50 anos, evangélica); É preconceito com negro, eu nunca discriminei ninguém (Sr. Naldo, 65 anos).*

Diante das respostas, observa-se que os educandos entendem que o racismo está relacionado à: não gostar do outro devido a cor da pele, ato de preconceito e atitude de negação ao mandamento de Deus. Com base nesta bagagem de conhecimento trazida pelos educandos para espaço escolar, cabe o educador articular esse conhecimento ingênuo ao conhecimento crítico. Freire (2018, p. 31) propõe “discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino dos conteúdos”. O educador, em seu cotidiano, deve relacionar e problematizar os problemas sociais de sua realidade dos seus educandos aos conteúdos ou temas geradores a serem abordados no espaço escolar. O autor ainda questiona: “Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deva associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é a constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida?” (FREIRE, 2018, p. 32). Fazemos isso, por exemplo, promovendo

rodas de diálogos acerca do racismo, informando que inúmeras vezes o ser humano pode ser assassinado pelo simples fato por conta da sua cor da pele, sendo associado à marginalidade. E nesta forma de associar a realidade concreta, Freire (2018) recomenda que o educador levando em conta os aspectos culturais, sociais, políticos, socioeconômicos e subjetivos de seus educandos, pode ajudá-los a compreender a ler o mundo através do conhecimento ingênuo, emancipado e crítico.

Na questão 03: Vocês sabem que o racismo é crime e está código penal da Constituição Federal de 1988<sup>2</sup>?

Educandos:

*Dizem que tem uma lei para quem chama outro de negro, mas nunca vi ninguém ser preso por causa disso (Sebastião, 55 anos); A lei só vale para pobre e nego (Sr. Naldo, 65 anos, pastor e comerciante);*

Observa-se que as respostas dadas pelos educandos revelam que alguns sabem que existe a lei contra racismo, porém na leitura de mundo dos educandos a lei no art. 5 do inciso XLII e art. 20 é conhecida como a lei que “prende o sujeito por chamar o outro negro”, “que beneficia as pessoas brancas”, uma vez que acreditam não haver uma punição concreta para infratores.

Neste processo de produção de conhecimento popular e crítico, despertando a curiosidade epistemológica do educando acerca de temas geradores, como por exemplo o racismo e o código penal, Freire (2018, p. 31) informa a relevância do “pesquiso para constatar, constatando, intervenho, intervindo educo e me educo”. Preciso pesquisar para saber o que ainda não conheço, é esse despertar da curiosidade epistemológica nos educandos em busca de uma educação politizada no processo de constatar e intervir de maneira direta ou indireta sobre determinados temas geradores e problematizadores na sociedade civil.

Já na questão 04: Algum de vocês já passou por discriminação racial ou presenciou tal acontecimento?

Educandos:

*Professor - O negro sofre demais... qualquer coisa errada foi nego [sic] que fez, os políticos roubam nem vão presos (Sebastião, 55 anos); O povo se ver um nego [sic] pedindo esmola, já fica com medo (Erasmus, 42, mecânico); Os*

2 Brasil (1988) descreve no art. 3 do inciso IV e art. 5 do inciso XLII que racismo é definido como crime que fere a dignidade humana, a lei determina que punirá qualquer discriminação ou preconceito de raça, cor, etnia, religião ou procedência nacional.

*policiais quando estão na viatura á noite, quando eles ver um nego [sic], querem logo revistar, se for branco eles nem ligam (Sr. Naldo, 65anos); Aqui no mutirão de vez enquanto a polícia discrimina o povo da rua de baixo por ser negro e usar tatuagem ( Erasmo, 42 anos); Professor.. quando ônibus do mutirão passa a noite no centro da cidade ninguém que subir no ônibus (Jonathan, 17 anos).*

Percebe-se que nas respostas dos educandos eles reconhecem a realidade social da discriminação e preconceito racial/social que passam as pessoas negras e pobres no cotidiano, mas analisam como atitude banal. Indaga-se, tal como Freire (2018, p. 31) “porque não aproveitar a experiência que tem os alunos de viver em áreas da cidade descuidadas pelo poder público?”. Neste caso específico foram colhidos os depoimentos de alguns alunos em relação ao bairro em que residem, onde relatam o descaso do poder público municipal e estadual, abuso de autoridade dos policiais militares com as pessoas negras e pobres, dentre tantas coisas.

Nesse contexto de aproveitar a experiência dos educandos, Feitosa (2008) compreende que, para os sujeitos adquirirem e refletirem sobre seu papel na sociedade e garantirem sua cidadania é necessário o processo de alfabetização e politização. E para que haja essa transformação social de libertação é indispensável um olhar diferenciado, o acolhimento, a investigação do universo vocabular dos educados, estratégias e metodologias diversificadas considerando as trajetórias de vida e construção de conhecimentos dos educandos. E nessa maneira dos sujeitos adquirirem e refletirem o processo de construção de politização de sua realidade social, Freire (2018, p. 31) orienta a “respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os das classes populares, chegam [...] - saberes socialmente construídos na prática comunitária”

Por último, a questão 05: Como vocês avaliam os debates e roda de diálogos problematizados sobre as temáticas abordadas durante a intervenção?

*Professor – não sabia isso tudo sobre negro... no meu tempo a professora ensinava a gente ler e escrever (Sr. Naldo, 65 anos); Hoje estudar é tudo diferente e mais fácil (Sebastião, 55 anos); Hoje o professor tem mais calma, no meu tempo era brabo (ErasmO, 42 anos)*

Mediante as respostas e depoimentos dos educandos percebemos que o processo de aprendizagem era totalmente bancário, de passar conteúdo sem nenhuma problematização e politização. Em busca de uma educação libertadora, inclusiva e conscientizadora que desperte nos educandos a construção do diálogo como uma forma de politização, Freire (2005) considera que o trabalho do educador, utilizando métodos de trabalho que permitem

os educandos revelarem sua realidade na qual estão inseridos, possibilita mudanças mediante seus conhecimentos prévios e suas vivências práticas. Freire (2018, p. 24) ainda revela que “ensinar não é transferir conhecimento, mas criar as possibilidades para a sua produção ou a sua construção”. O ato de ensinar seria uma ação em que se exercita a capacidade dando suporte ao educando para produzir e construir seu conhecimento crítico por meio de troca de saberes, vivências e aprendizados entre realidade social e espaço escolar inseridos e atuantes.

Schmidt e Cainelli (2009, p.17) afirmam que o ensino de história hoje é plenamente voltado para a narração de fatos históricos, uma narração que dá visibilidade apenas a narrar acontecimentos sem problematização, metodologia a que as autoras se opõem, uma vez que o ensino de história deve levar a questionamentos e reflexões. Através da apresentação dos temas e de sua historicidade foi se dando elementos de aprofundamento para os educandos.

Diante das discussões realizadas em sala de aula várias indagações e dúvidas dos educandos iam sendo respondidas como mencionadas anteriormente. Houve uma avaliação do processo de ensino-aprendizagem em que eles estavam inseridos inicialmente, e o que estava sendo apresentado agora. “*Professor – não sabia isso tudo sobre negro... no meu tempo a professora ensinava a gente ler e escrever (Sr. Naldo, 65 anos); Hoje estudar é tudo diferente e mais fácil (Sebastião, 55 anos)*” (educandos).

Fortalecendo esta discussão das experiências e práticas entre realidade social e espaço escolar inseridos acerca das relações étnico raciais e educação antirracista, Rocha (2007, p. 32) nos relata que trabalhar a “temática étnico-racial no ambiente escolar prescinde um repensar das disciplinas escolares, conteúdos e metodologias”. A autora explica que a ausência do conhecimento sobre a história e cultura afro-brasileira e africana, a falta da problematização dos fatos e acontecimentos sobre a imagem do negro nos livros didáticos com conceitos estereotipados de maneira direta ou indireta geram racismo, discriminação e preconceito racial, negação de identidade étnico-racial entre outros fatores de negatividade e representatividade do povo negro.

De acordo com Cavalleiro (2001, p.149) “a educação antirracista reconhece o ambiente escolar como um espaço privilegiado para a realização de um trabalho que possibilite o conhecimento respeitoso das diferenças raciais”. A educação antirracista deve ser despertada no âmbito escolar, espaço onde interagem sujeitos de ampla diversidade cultural, social e

socioeconômica. Pois mediante os exemplos e atitudes de uma educação antirracista as crianças fortaleçam o respeito as diferenças raciais e sejam adultos críticos e humanizados.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O relato de experiência sobre a metodologia freiriana para as relações étnico-raciais na EJAI, no processo aprendizagem e politização de uma educação étnico-racial, nos proporciona uma mediação dialógica entre os sujeitos envolvidos educador-educando na construção do conhecimento, a partir das próprias experiências de vida dos educandos com sua leitura de mundo.

Desse modo, destaca-se a importância de compreender e estimular o trabalho por meio da dialogicidade entre educador e educando, no modelo democrático, crítico e inovador, que unir a metodologia freiriana na educação étnico-racial. Sensibilizar o educando para o empoderamento emancipado e problematizador, permitindo a elaboração de pensamentos e estratégias que provoquem uma mudança na sua subjetividade e no meio social em que está inserido. Em que o cidadão emancipado conhece seus direitos e atua politicamente para sua efetivação, pois enquanto cidadãos participantes no meio de uma sociedade multicultural e diversificada vamos lutando para construir uma nação democrática e antirracista.

Ressalta-se que a população negra é a que mais sofre com os ataques decorrentes do racismo, discriminação e preconceito racial dentro das relações de classes sociais vulneráveis, por ser maioria de classe baixa, analfabetos, desempregados e vítimas de violência racial e homicídios, entre outras desigualdades sociais. Se a educação popular motiva e impulsiona ações modificadoras, é certo de que somente ela não é bastante para a efetivação dessas ações, é necessária uma mudança estrutural na formação social brasileira e integração de combate ao racismo e valorização da cultura afro-brasileira, a fim de despertar uma nova postura nas relações étnico-raciais.

## REFERÊNCIAS

BERBEL, Neusi A. N. A metodologia da problematização e os ensinamentos de Paulo Freire: uma relação mais que perfeita. In: *\_(org.) Metodologia da problematização: fundamentos e aplicações.* Londrina: EDUEL, 1999.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, 5 out. 1988. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/DOUconstituicao88.pdf)> Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília: MEC, 2004a. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/pet/323-secretarias-112877938/orgaos-vinculados-82187207/12988-pareceres-e-resolucoes-sobre-educacao-das-relacoes-etnico-raciais>>. Acesso em: 01 set. 2021.

BRASIL. **Parecer CNE/CP n. 003/2004. Resolução n. 1, de 17 de junho de 2004**. Brasília: Ministério da Educação/Conselho Nacional de Educação, 2004b. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/003.pdf>>. Acesso em: 01 set. 2021.

CAVALLEIRO, Eliane dos Santos. **Racismo e antirracismo na educação: repensando nossa escola**. São Paulo: Selo Negro, 2001. Disponível em: <http://www.worldcat.org/title/racismo-e-anti-racismo-na-educacao-repensando-nossa-escola/oclc/52171723>. Acesso em: 01 set. 2021.

COELHO, Wilma de Nazaré Baía. **A cor ausente: um estudo sobre a presença do negro na formação de professores. Pará, 1970-1989**. 2. ed. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2009.

FEITOSA, Sônia Couto Souza. Fundamentos e etapas do método Paulo Freire. In: \_\_\_\_\_. **Método Paulo Freire: a reinvenção de um legado**. Brasília: Líver Livro Editora, 2008. p. (65) - (87)

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 57 ed. São Paulo, Paz e Terra, 2018.

\_\_\_\_\_. **Política e Educação: ensaios**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

\_\_\_\_\_. **Pedagogia do Oprimido**. 47. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. Disponível em: <https://docente>.

ifrn.edu.br/olivianeta/disciplinas/copy\_of\_historia-i/historia-ii/china-e-india.  
Acesso em: 01 set. 2021.

ROCHA, Rosa Margarida de Carvalho. **Educação das relações étnico-raciais**: pensando referências para a organização da prática pedagógica. Belo Horizonte: Mazza, 2007.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; CAINELLI, Mariene. História do ensino de história: o saber e fazer históricos em sala de aula e a construção de noções de tempo. **Ensinar história**. São Paulo: Scipione, 2009 (Coleção Pensamento e ação na sala de aula).

SILVA, Maria Aparecida da. Formações de educadores/as para o combate ao racismo: mais uma tarefa essencial. In: CAVALLEIRO, Eliane (Org.). **Racismo e antirracismo na educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.